

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu estou tentando entender como a Casa funcionava sem ter o certificado. Óbvio que, uma vez não visto, não diagnosticado o certificado, se faz um auto, e aí tem um prazo hábil ali para corrigir. Agora, esse prazo, desde 2010, a gente tem que entender o que está acontecendo; porque ou teve uma prevaricação do Corpo de Bombeiros em não fazer o fechamento dessa Casa, tendo em vista que desde 2010 não tem o CR; ou houve a expedição desse documento e a gente não tem aqui.

Então, precisamos entender o que se deu com o tema do CR, porque, a meu ver, isso é grave. É um certificado que necessita para operação da Casa. E, aí, vou voltar a pergunta para o sr. Carlos: o senhor tinha ciência de que desde 2010 não existia o documento, o certificado de registro?

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Não tinha não.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O Corpo de Bombeiros nunca notificou os senhores desse...

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Estava no processo de laudo de exigência, depois aprovação do certificado do Corpo de Bombeiros. Já estava com ele em mãos na Casa, e esse documento aí que o senhor está falando, nós não tínhamos conhecimento disso não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O Corpo de Bombeiros anexou algum auto de infração com relação a isso entregue nessa Casa?

O SR. CARLOS MARINHO - Não. Não tem nenhum...  
(Fala fora do microfone)  
(Falas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tem quem assinou a notificação de qual faltava esse documento?

O SR. (?) - Todas as notificações estão aqui e constam os autores nas notificações.

(Falas paralelas)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Quantas notificações foram feitas?

O SR. (?) - Puxando um histórico, que está em mãos aqui, desde 2013, notificações... Quatro, até antes da obtenção do certificado de aprovação, que é de 2016. E, recentemente, quando eu falo, é 2019, são três notificações.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O coronel Sarmiento falou que existe um rito. Esse rito passa por uma primeira notificação e posteriores infrações até uma eventual interdição. Esse rito foi seguido?

O SR. (?) - Se for cumprida a notificação, não cabe o auto. Se a notificação for cumprida, não cabe um auto de infração. Porque, senão, o próprio requerente...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E foram cumpridas?  
O SR. (?) - Provavelmente, foram cumpridas.  
O SR. RODRIGO AMORIM - Em 2019 teve uma interdição.  
O SR. (?) - Sim. Após o incêndio. O estado atual é de interdito.

(Falas paralelas)  
O SR. RODRIGO AMORIM - Essa interdição após o incêndio ela é, por óbvio, por conta do incêndio? Imediatamente, quando tem um caso de sinistro, ele é automaticamente interdito, é isso?

O SR. (?) - São fatores motivadores. O incêndio foi uma fato motivador para voltarmos também à Casa para avaliarmos as condições. Então, ela foi interdita por perigo iminente e não aspecto documental. Ela está interdita hoje por perigo iminente.

(Falas paralelas)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, só para perguntar ao sr. Carlos o seguinte: o senhor já foi notificado muitas vezes pelos bombeiros.

O SR. CARLOS MARINHO - Sim.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - O senhor cumpriu todas as exigências em cada uma dessas notificações? Eu não as vi. Pense nessa resposta.

O SR. CARLOS MARINHO - Todas as vezes que fomos notificados, vimos trabalhando para cumprir as exigências. Por isso que temos o certificado de aprovação do Corpo de Bombeiros, porque nós cumprimos com as exigências do laudo de exigências.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Cada notificação vem com um prazo para adequação. Esses prazos foram respeitados, dados os...

O SR. CARLOS MARINHO - Depois que eu recebi o certificado de aprovação, eu não me recorde de nenhum tipo de notificação.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, deixe-me fazer outra pergunta aqui. O senhor estava funcionando sem CR, com notificações pendentes, não teve nenhuma infração, também não foi interdito. O senhor já pagou propina para alguém para continuar funcionando?

O SR. CARLOS MARINHO - Nunca!  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Já lhe foi pedido isso?  
O SR. CARLOS MARINHO - Nunca!

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. presidente, eu tenho um questionamento. O senhor, às 11 horas da manhã, 11 horas e pouco da manhã, quando foi quando começou o sinistro, a Casa, como dito pela autoridade policial, estava com sete funcionários. No horário de pico, quantos funcionários ou colaboradores, seja lá que termo jurídico a gente vai dar para a relação da Casa com as mulheres que ali trabalham; no horário de pico quantos colaboradores, funcionários, seja lá que nome o senhor...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Hospedeiras.  
(Falas paralelas)  
O SR. RODRIGO AMORIM - ...dê trabalhavam?  
O SR. CARLOS MARINHO - Trinta funcionários.  
O SR. RODRIGO AMORIM - Trinta? E, num dia de pico, quantos clientes simultaneamente conseguem estar ali?

O SR. CARLOS MARINHO - Diante da crise a quantidade de clientes diminuiu bastante. Mas algo em torno de 50, 60, 70 clientes.

O SR. RODRIGO AMORIM - A Casa é dotada de uma whiskeria, que é o que consta... Aliás, acho que o contrato social não está juntado ainda. Pedir, sr. presidente, para que junte o contrato social. E o próprio Corpo de Bombeiros narrando aqui a operação como se deu, acessou um andar superior, um pavimento superior, onde havia uma boate, uma danceteria; e depois também há relatos do mezanino e de outros ambientes. São quantos andares no total?

O SR. CARLOS MARINHO - Quatro.  
O SR. RODRIGO AMORIM - Quatro andares.

Essa parte que se refere só à boate, nos outros dois andares é composto de quê? São quartos, são... Porque nos relatos e no próprio processo constam que são quartos. Quantos são? Quantos ambientes desses são?

O SR. CARLOS MARINHO - Dezesseis...  
O SR. RODRIGO AMORIM - São 16 quartos.  
É só, sr. presidente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, em continuidade ao que perguntou o deputado Amorim, esses 30 funcionários, o que faziam esses 30 funcionários? O senhor sabe dizer que que era o quê?

O SR. CARLOS MARINHO - Garçon, copeiro, maitre, faxineiro, ajudante de serviços gerais, porteiro, funcionário de manutenção, encarregado de manutenção, recepcionista. Basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A autorização do Corpo de Bombeiros para reunir um público se dava em quais pavimentos?

O SR. CARLOS MARINHO - Todos. A Casa tem um certificado com todo o endereço dela.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas o que nós temos aqui é que só poderia ser realizado no primeiro pavimento o acesso de público. O senhor tem ciência disso?

O SR. CARLOS MARINHO - O certificado dá o endereço todo da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas os pavimentos têm autorização.

Coronel Sarmiento, o senhor quer se manifestar sobre isso? A informação que a gente tem é que só poderia ter público no primeiro pavimento.

O SR. SARMENTO - Estou procurando aqui, deputado, na edificação, mas eu já, respondendo uma resposta anterior, o laudo de exigências exige que tenha ignifugação sim na edificação, no item 11. Essa documentação está de posse do senhor.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Ele está registrado como o quê? Hospedaria, boate...

(Falas fora do microfone)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não está como prostíbulo, eu espero.

O SR. CARLOS MARINHO - Edificação de reunião de público, whiskeria-bar com música e prestação de serviços de massagem, sauna, banho e beleza, com 1.887,36 metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E todos os pavimentos estavam liberados ao público?

O SR. CARLOS MARINHO - Isso que a gente está consultando. Vou pedir para que...

(Falas fora do microfone)  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Não, mas existe uma autorização para os pavimentos. Vou esperar eles checarem ali.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - O senhor dispõe de serviço de hotelaria naquele ambiente?

O SR. CARLOS MARINHO - Não.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Porque tinha quarto.  
O SR. CARLOS MARINHO - Para massagem.

O SR. RODRIGO AMORIM - Quantas massagistas trabalham na casa?

O SR. CARLOS MARINHO - Massagistas?  
O SR. RODRIGO AMORIM - Se o senhor presta serviço de massagem tem que ter massagista, acredito que não seja o senhor que faça a massagem.

O SR. CARLOS MARINHO - São umas 20 massagistas.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - E como era a relação jurídica do senhor com elas?

O SR. CARLOS MARINHO - Tem as massagistas e tem as frequentadoras da Casa. Tem as meninas que frequentam a Casa e tem as massagistas que trabalham fazendo massoterapia, fazendo serviço de massagem, que não têm nada a ver com as frequentadoras da Casa.

O SR. (?) - Aí, qualquer frequentador ia lá no quarto?  
O SR. CARLOS MARINHO - Não, tinha que pagar pelo serviço de massagem.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mesmo não sendo massagista?

O SR. CARLOS MARINHO - Não, só sendo massagista, né?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não. O senhor não falou isso não. O senhor falou que tinha a massagista e tinha frequentadora. E que as duas iam para o quarto, mas a frequentadora como um massagista.

(Falas paralelas)  
O SR. CARLOS MARINHO - As frequentadoras da Casa apenas frequentam a Casa. Os quartos eram utilizados para outros fins, para fins de massagem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Tá. As frequentadoras não utilizavam os quartos.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - O senhor tinha equipamento adequado para massagem?

O SR. CARLOS MARINHO - Elas têm. Elas que trazem.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Ah, elas trazem?  
O SR. CARLOS MARINHO - Elas são autônomas.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Quer dizer, mesa de massagem. Não vou encontrar uma cama, vou encontrar mesa de massagem.

O SR. CARLOS MARINHO - Tem cama, mas elas trazem equipamentos de massagem.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - E o senhor é especialista em massagem?

O SR. CARLOS MARINHO - Não, não.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não. Mas tem alguém que trabalha para o senhor que é especialista em massagem.

O SR. CARLOS MARINHO - Então, tem pessoas autônomas que frequentam a Casa e que são especialistas, mas não contratadas pela empresa.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Está bom. Então, o senhor pode nomear alguma massagista?

O SR. CARLOS MARINHO - De cabeça, assim? O nome dela? Sei lá...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Qual era o vínculo que o senhor tinha com...  
O SR. CARLOS MARINHO - Nenhum vínculo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas o senhor disse que existia ali os locais para fazer massagem, que tinha cerca de 30 massagistas.

O SR. CARLOS MARINHO - Elas não têm vínculo com a Casa. Elas frequentam a Casa. Elas são autônomas.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Aí o senhor não ganha nada com isso? O senhor vai lá, deixa todo mundo trabalhar dentro do seu estabelecimento para ficar feliz. O cara está tomando uísque e entra alguém lá. Se eu quiser entrar de camelô vendendo *O Globo*, eu não posso?

O SR. CARLOS MARINHO - Aí, não. Impossível.  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Eu só quero saber o seguinte. Você tinha alvará para ter esses quartos, para adequar esses quadros? A gente já sabe o que você faz.

O SR. CARLOS MARINHO - Tinha alvará. A Casa tinha alvará, licença de estabelecimento. Tinha tudo. A Casa tem toda documentação; contrato social, alvará.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, ali estava...  
O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Carlos...

(Falas paralelas)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Bar, casa de massagem, boate. Essa casa de massagem, isso autoriza o senhor a ter "n" quartos?

O SR. CARLOS MARINHO - Deve autorizar, senão não teria alvará, não é?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não. O senhor pode botar o que quiser de alvará que a prefeitura vai aceitar. Essa é que é a grande questão. O que eu estou querendo entender é o seguinte: se o senhor falou a realidade para os bombeiros, para os órgãos de controle, para que eles fizessem a formulação correta daquilo. Por isso que sofreu "n" fiscalizações.

O SR. CARLOS MARINHO - Sim. Inclusive, tem uma planta. Tramitou dentro do Corpo de Bombeiros uma planta com todas as características da Casa, com todos os quartos, com a boate, com toda a edificação existente na Casa. Existe um processo dentro do Corpo de Bombeiros que é exigida uma planta, várias plantas.

(Falas paralelas)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - Tinha extintor, detector de fumaça? Nos quatro pavimentos tinha mangueira, tinha detector de fumaça?

(Falas paralelas)  
O SR. CARLOS MARINHO - Exatamente. Tinha tudo. Tudo o que foi exigido pelo laudo de aprovação e exigência do Corpo de Bombeiros a Casa cumpriu. Inclusive tinha uma planta com toda a edificação que o senhor está falando sobre os quartos. Tudo isso aprovado pelo próprio Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Em qual ano, isso?

O SR. CARLOS MARINHO - Em 2016.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas a gente está em 2019.

O SR. CARLOS MARINHO - Mas o processo tramitou em 2016, o laudo de exigência.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas, vamos lá. O senhor diz aqui em 2016 que tinha um sistema de detecção.

O SR. CARLOS MARINHO - Sim.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - De 2016 até aqui a gente não tem o certificado de registro e tudo mais. Enfim, a

gente já chegou à conclusão de que no ano de 2019 o senhor estava trabalhando de forma irregular. Diante disso, o sistema de detecção não detectou o incêndio.

O SR. CARLOS MARINHO - A Casa estava fechada, né?  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas o sistema funciona 24 horas.

O SR. CARLOS MARINHO - Sim, mas não tinha ninguém na casa, só tinha os funcionários.

(Falas paralelas)  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Não foi isso que eu perguntei. Eu falei que o sistema não funcionou. Sistema funciona 24 horas. Até porque não faz sentido nenhum ter um sistema de incêndio que só funciona quando tiver pessoas ali.

(Falas paralelas)  
O SR. RODRIGO AMORIM - ...tem que funcionar quando não tiver ninguém.

O SR. CARLOS MARINHO - Concorde.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O sistema não funcionou. O senhor tem as notas fiscais ou contrato de prestação de serviço de manutenção desse sistema de incêndio?

O SR. CARLOS MARINHO - Eu tenho que verificar com o meu contador.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, eu vou pedir ao senhor que apresente esses documentos a essa comissão no prazo de 48 horas úteis para que a gente possa avaliar.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.  
O SR. RODRIGO AMORIM - É imperioso que se apresente, ele fez menção ali, acho que até está de posse do ora depoente, o alvará - o registro junto à Jucerja e sobretudo o alvará da prefeitura. É importante que a gente tenha o contrato social. O senhor está de posse do contrato social? Já está aqui?

Sr. presidente, v. exa., me concede vistas ao contrato social que ele diz ter acostado já...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, temos na secretaria? Vista concedida.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Carlos, o senhor conhece o sr. Ribeiro? É seu sócio?

O SR. CARLOS MARINHO - Conheço o sr. Ribeiro.  
O SR. RODRIGO AMORIM - É seu sócio?  
O SR. CARLOS MARINHO - Foi meu sócio, não é mais. Trabalhava lá.

O SR. RODRIGO AMORIM - O sr. Vitor.  
O SR. CARLOS MARINHO - Também conheço, mas também não trabalha mais lá.

O SR. RODRIGO AMORIM - Trabalhavam lá.  
O SR. CARLOS MARINHO - É, trabalhavam com a gente lá.

O SR. RODRIGO AMORIM - Trabalhavam da condição de funcionário com carteira assinada ou de sócio do empreendimento?

O SR. CARLOS MARINHO - Trabalhavam na condição de sócio, sócio que trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Formalmente?  
O SR. RODRIGO AMORIM - O senhor consegue juntar a saída deles da sociedade, então, por favor? Eu não sei se estão aqui acostadas as últimas alterações. O senhor tem o documento em que consta o registro de saída de ambos da sociedade? Aqui não tem as alterações do contrato. O senhor pode juntar, por favor, a saída de ambos da sociedade?

O SR. CARLOS MARINHO - Eu vou verificar com o meu contador e pedir essa documentação, eu só trouxe o último contrato social.

O SR. RODRIGO AMORIM - Não, o senhor falou que eles foram os seus sócios. Para serem os seus sócios, eles estavam no contrato social, correto?

O SR. CARLOS MARINHO - Sim, sim.  
O SR. RODRIGO AMORIM - Então, tem que ter a saída deles da sociedade. É isso que eu estou aqui... Pedir ao presidente que determine a juntada em 48 horas, sr. presidente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, igualmente, o relatório fotográfico, que, com certeza, é de responsabilidade da empresa ter essa contráfó do cumprimento das notificações do bombeiro também.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Está bom. Eu peço, então, que a Casa faça a juntada dos documentos para que possa...

Pois não.  
O SR. SARMENTO - Respondendo ao questionamento do senhor, no item 11 do laudo de exigências, em conformidade com a Portaria nº 7.279 de abril de 2013, fica estabelecida a lotação da edificação em 114 pessoas em pé no primeiro pavimento. Ressalta-se que somente o referido pavimento será destinado à atividade de reunião de público, ficando vedada a concentração de pessoas nos demais pavimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom, então, a gente tem aqui a informação...

O SR. SARMENTO - Tem um outro item também que...  
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.  
(Falas paralelas)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Eles tinham sistema de exaustão, coifa ou elevador?

O SR. SARMENTO - Exaustão que o senhor diz é com relação à parte de cozinha?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - De cozinha.  
O SR. SARMENTO - Provavelmente sim, deve estar aqui constando no laudo de exigências, vou dar uma olhada, vou consultar.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Pedir também ao GEM, da prefeitura, órgão ligado à Rioluz, esses certificados.

O SR. SARMENTO - Um outro item também que é relevante trazer à luz: "Esta DGST adverte quanto à utilização das salas de terapia somente para as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento - serviços de massagem, sauna, banho e beleza - não sendo permitidas atividades relacionadas à hospedagem, hotelaria ou similar, sob a pena de anulação do presente laudo de exigências."

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Bom, então, a gente tem aqui algumas situações...

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. presidente, o coronel Sarmiento traz... Para mim, absolutamente esclarecedor. O coronel traz à tona agora, o coronel Sarmiento. Estou satisfeito no diz respeito às informações prestadas pelo Corpo de Bombeiros, que efetivamente colaboraram com essa comissão, está claro que estão vedadas, então, na mesmo inteligência o deputado Jorge Felipe Neto, que questionou sobre a questão da hospedagem, está claro que existe hospedagem, contrariando o que está disposto na documentação, que embora estivesse descumprida, é a documentação que originou as atividades.

(Fala fora do microfone)  
O SR. JORGE FELIPPE NETO - O depoente falou que tem cama.

O SR. RODRIGO AMORIM - Eu preciso entender, sr. presidente...

O SR. CARLOS MARINHO - Para massoterapia. Os quartos e as camas são para serviço de massagem, não tem hospedagem.

O SR. RODRIGO AMORIM - Para serviço de massagem, o senhor não tem massagistas contratadas, correto?

O SR. CARLOS MARINHO - Contratada como funcionária não, são autônomas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Mas vamos lá, o documento diz que os serviços são para aqueles prestados pela Casa.

O SR. CARLOS MARINHO - Hum, hum.  
O SR. RODRIGO AMORIM - Então, como é que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Autônomo não é pela Casa, autônomo é autônomo.

O SR. CARLOS MARINHO - Eu não posso contratar um autônomo e ele não passa a ser...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor tem um contrato com os autônomos?